

POLÍTICA DE PRIVACIDADE DE DADOS PESSOAIS
ASSOCIAÇÃO PINACOTECA ARTE E CULTURA – APAC

Público Geral Memorial da Resistência

O Memorial da Resistência é um museu que tem como missão a valorização e a preservação das memórias da repressão e da resistência políticas no Brasil republicano, especialmente no período da ditadura civil-militar e garante o acesso à informação e à cultura para a população por meio da educação, da pesquisa e de exposições temáticas.

O equipamento público do Estado de São Paulo é gerido pela Associação Pinacoteca Arte e Cultura – APAC e está localizado no Largo General Osório, nº 66, Santa Ifigênia, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Ao utilizar o website, o espaço físico cultural ou participar de qualquer atividade desenvolvida de forma física ou digital no Memorial da Resistência, o usuário poderá ter alguns de seus Dados Pessoais coletados pela APAC para diversas finalidades que auxiliarão e permitirão que o usuário usufrua dos espaços e atividades.

A APAC cumpre toda a legislação aplicável aos Dados Pessoais que processa para permitir que o público usufrua das instalações físicas, do website e das atividades executadas de forma física e digital pelo Memorial da Resistência.

1. OBJETIVO

A presente Política tem por objetivo disponibilizar para o público do Memorial da Resistência a forma e finalidade de processamento dos Dados Pessoais que são coletados pela APAC durante sua interação com o Museu.

Assim, o presente instrumento visa estabelecer de forma clara como os Dados Pessoais processados pela APAC são utilizados e para quais finalidades, como forma de garantir o acesso à informação e transparência.

2. APLICAÇÃO

A presente Política aplica-se a todas as pessoas físicas que interagem com o Memorial da Resistência, seja por meio do website, seja por meio da utilização do espaço físico cultural e participação de atividades realizadas de forma física ou digital, e que tenham seus dados pessoais processados pela APAC.

3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Os Dados Pessoais dos usuários do Memorial da Resistência são processados e utilizados pela APAC nos termos e limites estabelecidos pela legislação brasileira, incluindo, mas sem limitação, a Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados.

A Lei Geral de Proteção de Dados estabelece os limites e possibilidades de utilização dos Dados Pessoais por pessoas jurídicas e por pessoas físicas no desenvolvimento de atividades.

4. CONCEITOS

Este item estabelece alguns conceitos para termos técnicos e específicos que serão utilizados nesta Política. Recomenda-se a leitura atenta de cada conceito estabelecido, como forma de garantir e facilitar o entendimento deste instrumento pelo

usuário.

- “Dados Pessoais”, significa quaisquer informações pessoais relacionadas a uma pessoa natural que possa ser identificada ou identificável, para fins desta Política o Usuário;
- “Dados Pessoais Sensíveis”, significa dados pessoais sobre a raça, etnia, opiniões políticas, crenças religiosas ou filosóficas, adesão a um sindicato, vida sexual ou orientação sexual, dados sobre a saúde e quaisquer dados genéticos ou biométricos de uma pessoa, para fins desta Política o Usuário, e que possuem uma maior proteção da lei;
- “Processamento” significa qualquer meio de utilização dos Dados Pessoais e dos Dados Pessoais Sensíveis, como a coleta, armazenamento, organização, estruturação, recuperação, consulta, utilização, divulgação, compartilhamento, exclusão ou destruição;
- “Titular” significa a pessoa natural à qual os Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis se referem, para fins desta Política o Usuário; e
- “Usuário”, significa o Titular dos Dados Pessoais que utiliza o website, o espaço físico cultural ou participa das atividades digitais ou físicas do Memorial da Resistência e que, portanto, têm seus Dados Pessoais processados pela APAC.

5. PROCESSAMENTO DE DADOS PESSOAIS E DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

Os Dados Pessoais do Usuário processados pela APAC, a forma e a finalidade dependerão da interação específica que o Usuário realizar com o Memorial da Resistência.

Todos os Dados Pessoais coletados pela APAC são processados de acordo e no limite estabelecido pela legislação aplicável, inclusive a Lei Geral de Proteção de Dados.

Neste item, o Usuário poderá verificar as informações gerais sobre o processamento dos Dados Pessoais, sem prejuízo da solicitação de informações específicas à APAC, nos termos estabelecidos no presente instrumento.

5.1 Como os Dados Pessoais dos Usuários são coletados?

A APAC poderá coletar os Dados Pessoais dos Usuários:

- **Diretamente do Titular**
Os Dados Pessoais poderão ser coletados diretamente dos Usuários quando da interação com o website, espaço físico cultural e participação das atividades do Memorial da Resistência.
- **Por meio de terceiros**
Os Dados Pessoais poderão ser coletados por meio do compartilhamento de terceiros para finalidades específicas e desde que referidos terceiros possuam base legal ou o consentimento do Titular para referido compartilhamento.

5.2 Quais os Dados Pessoais que são Processados, para quais Finalidades e com qual Base Legal?

A APAC poderá coletar diferentes Dados Pessoais para diferentes finalidades, de acordo com diversas bases legais da Lei Geral de Proteção de Dados.

O Usuário poderá verificar neste item os principais Dados Pessoais processados, as finalidades e as bases legais utilizadas pela APAC para gestão do Memorial da Resistência.

Visitas Educativas	Nome, RG, e-mail, instituição responsável	Viabilizar a realização de visitas educativas. Base Legal: Execução de um contrato ou procedimentos preliminares, inciso V, do artigo 7º, da Lei Geral de Proteção de Dados.
Cursos e Palestras	Nome, telefone, instituição, idade, e-mail e telefone	Viabilizar a inscrição em cursos e palestras, assinatura de lista de presença e emissão de certificados de participação. Base Legal: Execução de um contrato ou de procedimentos preliminares, inciso V, do artigo 7º, da Lei Geral de Proteção de Dados.
Acesso ao Acervo	Nome, RG, CPF, endereço, telefone, e-mail	Viabilizar o acesso ao Acervo, bem como o empréstimo de materiais ao Usuário para finalidades de pesquisa. Base Legal: Execução de um contrato ou procedimentos preliminares, inciso V, do artigo 7º, da Lei Geral de Proteção de Dados.
Marketing	Nome e e-mail	Envio de programação cultural. Base Legal: Consentimento, inciso I, do artigo 7º, da Lei Geral de Proteção de Dados.
Newsletter	e-mail	Envio de notícias atualizadas. Base Legal: Consentimento, inciso I, do artigo 7º, da Lei Geral de Proteção de Dados
Venda de Ingresso	Nome, e-mail e telefone	Viabilizar a compra de ingressos para acesso ao espaço físico cultural ou atividades pagas. Base Legal: Execução de um contrato ou procedimentos preliminares, inciso V, do artigo 7º, da Lei Geral de Proteção de Dados.
Relatórios	Nome, e-mail	Elaboração de relatório para comprovação de cumprimento das atividades culturais ou informações

		relevantes das atividades desenvolvidas. Base Legal: Cumprimento de obrigação legal ou regulatória, inciso II, do artigo 7º, da Lei Geral de Proteção de Dados.
Navegação - Cookies	Dados genéricos demográficos e de geolocalização, conteúdos visitados e preferências de navegação	Melhorar a navegação do Usuário no website, guardar preferências de navegação e gerar estatísticas de uso. Base Legal: Consentimento, inciso I, do artigo 7º, da Lei Geral de Proteção de Dados.

A APAC não realiza o processamento de Dados Pessoais que não sejam essenciais para a execução das finalidades.

Algumas funcionalidades do website poderão direcionar o Usuário para websites de terceiros, como forma de viabilizar a participação em atividades da Pinacoteca. Nesses casos, o Usuário deve se atentar aos termos de privacidade dos websites dos terceiros.

5.3. Compartilhamento dos Dados Pessoais

Em situações específicas a APAC deverá compartilhar os Dados Pessoais com terceiros, para que possa cumprir suas obrigações perante o Titular e internas ou legais e regulatórias ou garantir a segurança do procedimento realizado.

A APAC não realiza o compartilhamento dos Dados Pessoais dos Usuários para finalidades diversas das estabelecidas na presente Política.

- **Compartilhamento com terceiros prestadores de serviços**

Os Dados Pessoais poderão ser compartilhados com prestadores de serviços e parceiros da APAC para viabilizar a execução de atividades ou cumprir suas obrigações perante os Titulares.

- **Compartilhamento para cumprimento da legislação ou obrigações regulatórias**

A APAC enquanto Organização Social possui algumas obrigações legais e regulatórias que devem ser cumpridas. Isso inclui o compartilhamento de Dados Pessoais com órgãos públicos, como a Receita Federal e a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo.

5.4. Armazenamento e Retenção dos Dados Pessoais

Os Dados Pessoais dos Usuários serão processados pela APAC até que a finalidade para a qual foram coletados seja encerrada.

Os Dados Pessoais serão armazenados em sistemas da APAC ou contratados para essa finalidade, no Brasil ou no exterior.

Após o encerramento do processamento dos Dados Pessoais, a APAC poderá mantê-los armazenados para cumprimento de uma obrigação legal ou regulatória e demais hipóteses previstas na Lei Geral de Proteção de Dados.

A política de retenção de Dados Pessoais da APAC é de 10 (dez) anos, após o encerramento da finalidade de processamento de referidos dados pessoais, com exceção das hipóteses estabelecidas em lei que permitem a retenção para outras finalidades.

Durante o período de retenção, os Dados Pessoais somente serão armazenados para cumprimento de obrigações legais e regulatórias, sendo vedada a utilização para qualquer outra finalidade que não estabelecida na legislação.

5.5. Princípios

Para o Processamento dos Dados Pessoais, a APAC observará todos os princípios estabelecidos pela legislação aplicável, incluindo, sem limitação, a Lei Geral de Proteção de Dados.

5.5.1. Legalidade, Transparência e Não Discriminação

O processamento de Dados Pessoais deverá ser realizado de forma justa, transparente e em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis.

5.5.2. Limitação e Adequação de Finalidade

O processamento dos Dados Pessoais deve ser realizado de maneira compatível com a finalidade para a qual foram coletados, de modo que é vedada a utilização de Dados Pessoais para finalidades diversas da finalidade original do processamento.

A finalidade do processamento dos Dados Pessoais deverá ser vinculada a propósitos legítimos, específicos, explícitos e devidamente informados ao Titular.

5.5.3. Princípio da Necessidade (Minimização dos Dados)

Os Dados Pessoais somente poderão ser processados na medida em que sejam necessários para atingir um propósito específico. É vedado o processamento de um Dado Pessoal sem finalidade pré-estabelecida.

5.5.4. Princípio da Qualidade dos Dados Pessoais

Medidas técnicas e organizacionais razoáveis devem ser implementadas para assegurar que quaisquer Dados Pessoais sejam mantidos de forma exata, claros e atualizados em relação às finalidades para as quais foram coletados.

5.5.5. Princípio da Retenção e Limitação de Armazenamento de Dados Pessoais

As atividades de processamento, períodos de retenção estabelecidos e processos de revisão periódica deverão ser de conhecimento de todos os responsáveis pelo processamento, de modo que após o período de processamento os Dados Pessoais não poderão ser retidos para finalidades diversas daquelas estabelecidas na LGPD.

5.5.6. Princípio do Livre Acesso, Prevenção e Segurança (Integridade e Confidencialidade)

Medidas técnicas e organizacionais deverão ser aplicadas para proteger os

Dados Pessoais contra o processamento não autorizado ou ilegal, bem como contra a perda acidental, destruição ou danos. Dentre as medidas técnicas a serem implementadas, podem ser descritas a Anonimização e a Pseudoanonimização:

Anonimização significa que os Dados Pessoais são tornados anônimos de tal forma que os dados não mais se referem a uma pessoa direta ou indiretamente identificável. O anonimato tem que ser irreversível.

Pseudoanonimização é um processo pelo qual os Dados Pessoais não mais se relacionam diretamente com uma pessoa identificável (por exemplo, mencionando seu nome), mas não é anônimo, porque ainda é possível, com informações adicionais, que são mantidas separadamente, identificar uma pessoa.

Os Dados Pessoais deverão ser processados em confidencialidade, de modo que é vedado o seu compartilhamento, reprodução, cópia, transferência ou divulgação, por qualquer meio, para terceiros que não tenham necessidade de acesso.

6. DIREITOS DOS TITULARES

A Lei Geral de Proteção de Dados garante aos Titulares de Dados Pessoais direitos referentes ao Processamento dos Dados Pessoais.

A APAC assegurará os direitos dos Titulares, conforme estabelecido abaixo, sem prejuízo dos demais direitos garantidos pela legislação:

- **O Usuário poderá verificar se a APAC processa algum Dado Pessoal de sua titularidade**
O Usuário tem o direito de verificar se a APAC possui algum Dado Pessoal seu no banco de dados.
- **O Usuário poderá solicitar acesso aos seus Dados Pessoais**
O Usuário tem o direito de obter informações a respeito de quais Dados Pessoais a APAC processa.
- **O Usuário poderá solicitar a correção de Dados Pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados**
O Usuário poderá solicitar a atualização de seus Dados Pessoais que não possam ser diretamente atualizados pelo Titular.
- **O Usuário poderá solicitar a anonimização, bloqueio ou eliminação de seus Dados Pessoais**
O Usuário poderá solicitar a anonimização, o bloqueio ou a eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade que são processados pela APAC e que sejam desnecessários, excessivos ou processados em desconformidade com a legislação aplicável.
- **O Usuário poderá solicitar a portabilidade de seus Dados Pessoais**
O Usuário poderá solicitar a portabilidade de seus Dados Pessoais à outra entidade, por meio de requerimento expresso e de acordo com a regulamentação da autoridade nacional.
- **O Usuário poderá solicitar a eliminação de seus Dados Pessoais**
O Usuário poderá solicitar a eliminação de seus Dados Pessoais que tenham sido processados com seu consentimento. Caso os Dados Pessoais tenham sido

processados de acordo com outra base legal, a APAC terá o direito de negar referida eliminação, desde que com respaldo legal.

- **O Usuário poderá solicitar informações de compartilhamento de seus Dados Pessoais**
O Usuário poderá solicitar informações sobre entidades públicas e privadas com as quais a APAC realizou o compartilhamento de seus Dados Pessoais.
- **O Usuário poderá obter informações sobre a possibilidade de não fornecer o consentimento e as consequências da negativa**
O Usuário poderá obter informações sobre a necessidade do consentimento e quais as consequências caso não o forneça.
- **O Usuário poderá revogar seu consentimento a qualquer momento**
Caso entenda necessário, o Usuário poderá revogar seu consentimento para processamento de Dados Pessoais, quando o processamento for realizado de acordo com o consentimento.

7. SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

A APAC implementa medidas de segurança para que os Dados Pessoais sejam processados de forma segura e evitar que haja o acesso indevido ou o vazamento dos Dados Pessoais.

As medidas de segurança utilizadas são consistentes em tecnologia adequada, de acordo com a utilização no mercado e a depender do Dado Pessoal, bem como com implementação de regras institucionais para o correto processamento dos Dados Pessoais.

Sempre que houver a necessidade de compartilhamento dos Dados Pessoais com terceiros, nos termos estabelecidos na presente Política, A APAC exigirá de referidos terceiros a aplicação de medidas de segurança não menos restritivas.

Todos os colaboradores da APAC são treinados para realizar o correto processamento dos Dados Pessoais e compreender a legislação aplicável.

Quando houver necessidade de compartilhamento dos Dados Pessoais com terceiros, a APAC exigirá que referidos terceiros também treinem seus colaboradores para o correto processamento dos Dados Pessoais.

8. ENCARREGADO

A APAC possui um canal específico para que os Usuários tirem as suas dúvidas, façam sugestões e exerçam seus direitos referentes ao processamento de seus Dados Pessoais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados.

O canal de comunicação é verificado pelo Encarregado da APAC, responsável por responder os questionamentos, fornecer informações e esclarecer dúvidas quanto ao processamento dos Dados Pessoais.

O Usuário pode entrar em contato com o Encarregado da APAC por meio do endereço eletrônico faleconosco@memorialdaresistencia.org.br.

O Encarregado enviará as informações nos prazos estabelecidos pela LGPD, e o Titular poderá optar por receber as informações por meio eletrônico ou de forma impressa.

9. ATUALIZAÇÃO DA POLÍTICA

A APAC poderá a qualquer momento modificar a presente Política, a seu exclusivo critério, como forma de aprimorar e adequar o Processamento de Dados Pessoais.

Nesse sentido, é importante que o Usuário verifique a presente Política de forma periódica e sempre que tiver dúvidas.

A versão atualizada da presente Política é de 01 de julho de 2022.